



## **ANEXO I – TERMO DE REFERÊNCIA**



**AQUISIÇÃO DE MATERIAL ESPORTIVO, VISANDO  
ATENDER O MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DO  
IÇÁ/AM.**



**1. OBJETO**

- 1.1. Aquisição de material esportivo, visando atender o Município de Santo Antônio do Içá/AM.

**2. DESCRIÇÃO DOS PRODUTOS**

- 2.1. Os produtos a serem fornecidos consistirão basicamente no que se segue:

**LOTE 01 – EQUIPAMENTOS ESPORTIVOS**

Item	Objeto	Unid.	Quant	Valor Unit.	Valor Total
1	BOLA DE FUTSAL COSTURADA SIMPLES	UND	300		
2	BOLA DE CAMPO COSTURADA SIMPLES	UND	300		
3	BOLA DE CAMPO PROFISSIONAL	UND	300		
4	BOLA DE FUTSAL PROFISSIONAL 500	UND	300		
5	BOLA DE VÔLEI SIMPLES	UND	300		
6	BOLA DE QUEIMADA	UND	300		
7	BOLA DE HANDBOL ADULTO E INFANTIL	UND	300		
8	BOLA DE TÊNIS DE MESA	BEM	300		
9	BOLA DE ABDOMINAL SUIÇA 85 CM	UND	300		
10	BOLA DE VOLEI PROFISSIONAL	UND	200		
11	CANELEIRA PARA FUTEBOL	PARES	600		
12	CANELEIRA PARA FUTSAL	PARES	600		
13	REDE DE VÔLEI ALGODÃO 4 PALAS	UND	200		
14	REDE DE VÔLEI SINTÉTICA 4 PALAS	UND	220		
15	REDE DE FUTEBOL CAMPO	PARES	220		
16	REDE DE FUTSAL	PARES	210		
17	ANTENA PARA REDE DE VÔLEI	JOGO	210		
18	TROFÉUS 30 CM	UND	210		
19	TROFÉUS 60 CM	UND	200		
20	TROFÉUS 70 CM	UND	200		
21	TROFÉUS ESPECIAIS GRANDES 110 CM	UND	200		
22	MEDALHAS DE OURO PRATA H. MÉRITO	UND	5000		
23	FAIXA CAPITÃO	UND	200		
24	APITO PROFISSIONAL 40	UND	200		
25	APITO SIMPLES	UND	200		



**Comissão Municipal de Licitação - CML**

26	BOMBA DE AR	UND	200		
27	CRONÔMETRO	UND	200		
28	CARTÃO ARBITRO	PARES	200		
29	BANDEIRA DE ARBITRO	PARES	200		
30	KIMONO SIMPLES INFANTIL M3 C/FAIXA	UND	600		
31	KIMONO TRANÇADO AZUL A1 A2	UND	600		
32	TATAME COM ESPESSURA 30 MM 1X1	UND	200		
33	LUVA DE BOXE 12 14 16 ÓS	PARES	200		
34	CANELEIRA ARTES MARCIAIS	PARES	200		
35	PROTETOR GENITAL	UND	200		
36	ALTERES DE 1 KG EMBORRACHADO	UND	200		
37	COLCHONETES SIMPLES	UND	500		
38	MESA DE TÊNIS DE MESA OFICIAL	UND	200		
39	REDE DE TÊNIS DE MESA OFICIAL	PARES	100		
40	RAQUETE DE TÊNIS DE MESA	UND	200		
41	COLETE INFANTIL	UND	200		
42	COLETE ADULTO	UND	200		
43	MEIÕES SIMPLES	PARES	600		
44	EQUIPAMENTO DE FUTEBOL SIMPLES C/ 22 PÇS	UND	200		
45	CALÇA GOLEIRO	UND	200		
46	LUVA GOLEIRO FUTSAL	PARES	200		
47	LUVA GOLEIRO CAMPO	PARES	200		
48	CONES 23 CM	UND	220		
49	CONES PRATINHO	UND	200		
50	CONES 47 CM	UND	200		
51	CONES PEQUENOS DE 18 CM	UND	270		
52	TENIS FUTSAL SIMPLES	PARES	400		
53	CHUTEIRAS SIMPLES	PARES	400		
54	MEIAS PARA VÔLEI CANO MÉDIO	PARES	200		
55	JOELHEIRA P/ VÔLEI SIMPLES	PARES	100		
56	JOELHEIRA P/ GOLEIRO FUTSAL	PARES	200		
57	COTOVELEIRA /P VÔLEI	PARES	200		
58	COTOVELEIRA /P FUTSAL	PARES	200		
59	BAMBOLÊ SIMPLES	UND	1500		
60	JOGOS DE BOLICHE	UND	200		
61	JOGO 3x1 - XADREZ / DAMA & GAMAO	UND	200		



62	QUEBRA CABEÇA	UND	200		
63	CORDA DE PULAR	UND	1200		
64	BOLAS DE TENIS	UND	200		
65	BOLA DE FUTSAL ADULTO PROFISSIONAL 1000	UND	200		
66	BOLA DE VOLEY ADULTO PROFISSIONAL 7.0	UND	200		
67	BOLA DE BASQUETE	UND	200		
68	BOLA MEDICINE BALL	UND	200		
69	BOLA DE FUTSAL INFANTIL COSTURADA	UND	300		
70	BOLA DE CAMPO INFANTIL COSTURADA	UND	300		
71	TRX	UND	150		
72	PLACAR DE MESA	UND	150		
73	PLACAR DE SUBSTITUIÇÃO VAGALUME DUPLA FACE FUTEBOL	UND	200		
74	BALANÇA	UND	230		
<b>TOTAL</b>					<b>R\$</b>

### 3. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 3.1. As despesas para atender a esta licitação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no orçamento do SEC. MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA, na classificação abaixo:

Órgão/Unidade: 02.004

Ação: 2.013 - Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Educação

Função / Subfunção: 12.122

Programa: 11 - Programa de Apoio Administrativo

Conta: 3.3.90.30.00.00 - Material de Consumo

#### 3.2 Da Especificação e Valor da Contratação:

Em consonância com o art. 24 da Lei 14.133/2021, este orçamento tem caráter sigiloso.

“Art. 24. Desde que justificado, o orçamento estimado da contratação poderá ter caráter sigiloso, sem prejuízo da divulgação do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas...”, cita-se:

Conforme Zymler e Dios (2014, p. 117),



*A não divulgação do orçamento tem por objetivo evitar que as propostas/lances gravitem em torno do orçamento fixado pela administração. Essa medida deve se mostrar particularmente eficaz quando houver a ocorrência de lances fechados, pois, sem as balizas dos outros licitantes e do orçamento da administração, o competidor deve, já nessa etapa, oferecer um preço realmente competitivo e dentro do limite de sua capacidade de executar a avença com uma lucratividade adequada. Caso assim não proceda, esse competidor corre o risco de ser desclassificado sem a possibilidade de apresentar outra proposta mais competitiva, de acordo com os critérios que regem a apresentação de lances fechados. Amplia-se assim, a competitividade do certame e propicia-se melhores propostas para administração. Não se ouvida que determinados agentes do mercado participam de licitações e elaboram suas propostas sem analisar sua capacidade de honrá-la. Esses agentes, seja por não disporem de meios para tanto, seja por não estarem dispostos a arcar com as despesas daí decorrentes, simplesmente se baseiam no orçamento efetuado pela administração. Esse procedimento, contudo, é temerário porque as propostas podem não refletir a realidade econômica do licitante, redundando em dificuldades posteriores na execução contratual. Desta feita, a não divulgação do orçamento obriga os licitantes a efetivamente analisarem sua estrutura de custos para daí elaborarem suas propostas. Espera-se, pois, a apresentação de propostas mais realistas economicamente.*

Ainda segundo Zymler e Dios (2014),

*Em relação a eventual violação do princípio da publicidade, explicitado no caput do art. 37 da Constituição Federal, deve-se lembrar o entendimento de que nenhum princípio constitucional é absoluto de forma que se deve buscar harmonizá-los na hipótese de eventual antagonismo entre dois princípios — no caso o da publicidade em contraposição aos da eficiência e da economicidade. Nesse contexto de ponderação de princípios, entende-se estar justificada a ausência temporária da divulgação do orçamento, pois amparada no princípio da busca da melhor proposta pela administração. Logo as principais razões do princípio da publicidade estarão atendidas, pois será garantida a transparência do procedimento licitatório com a divulgação do orçamento ao final do certame.*

3.3. Assim sendo, busca-se através do orçamento sigiloso a majoração da assertividade pela Administração, na escolha da contratada que sabendo dos riscos e complexidade da logística, apresente proposta dentro da sua realidade para que tenha capacidade de honrar os compromissos assumidos na fase licitatória.

3.3. Desta forma e por todo justificado anteriormente, esta Secretaria Municipal de Educação e Cultura, informa aos Licitantes que o ORÇAMENTO PREVIAMENTE ESTIMADO PARA A CONTRATAÇÃO SERÁ TORNADO PÚBLICO APENAS E IMEDIATAMENTE APÓS O ENCERRAMENTO DA LICITAÇÃO, tornando público apenas divulgação



do detalhamento dos quantitativos e das demais informações necessárias para a elaboração das propostas na Planilha Orçamentária – Quantitativo.

#### **4. PRAZO E CONDIÇÕES DE ENTREGA DOS PRODUTOS**

- 4.1. Os itens do objeto deste Termo de Referência deverão ser entregues em até 08 (oito) dias a contar da assinatura do Contrato, no almoxarifado da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá.
- 4.2. O material será recebido, mediante apresentação de requisições dos materiais, em formulário próprio, devidamente preenchido e autorizado pelos colaboradores credenciados pela Prefeitura de Santo Antônio do Içá.
- 4.3. O material rejeitado será devolvido, com todas as despesas pagas pela CONTRATADA, inclusive de retorno, se for o caso.

#### **5. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

- 5.1. O cumprimento fiel do objeto e condições do futuro Contrato.
- 5.2. O transporte do material até o município de Santo Antônio do Içá, sem custos à CONTRATANTE.
- 5.3. Entregar o objeto do Contrato, no município de Santo Antônio do Içá, conforme com as condições e prazos estabelecidos no Contrato e na proposta vencedora do certame, conforme estabelecido neste Termo de Referência, contados a partir da assinatura do Contrato, podendo ser prorrogado nos termos da Lei nº 8.666/93 e suas alterações;
- 5.4. Manter durante toda a duração do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de HABILITAÇÃO e qualificação exigidas na licitação;
- 5.5. Providenciar a imediata correção das deficiências e/ou irregularidades apontadas pela CONTRATANTE, arcando com eventuais prejuízos causados à CONTRATANTE e/ou terceiros, provocados por ineficiência ou irregularidade cometida por seus empregados e/ou prepostos envolvidos na entrega do objeto contratual;
- 5.6. Os pedidos de prorrogação de prazo de entrega serão dirigidos ao Gestor do Contrato, até 05 (cinco) dias corridos, antes da data do término do prazo de entrega, explicitadas as razões e devidamente fundamentados;
- 5.7. Os atrasos ocasionados por motivo de força maior ou caso fortuito, desde que notificado no prazo de 48 (quarenta e oito) horas e aceito pelo (a) Gestor do Contrato, não serão considerados como inadimplemento contratual.
- 5.8. Fornecer todos os produtos de acordo com as especificações técnicas estipuladas no item 2 deste Termo de Referência, e com as quantidades requisitadas pela Prefeitura de Santo Antônio do Içá;



- 5.9. No caso de produtos importados, quando solicitada a empresa deverá apresentar comprovante de autorização de importação do produto, expedida pelo órgão oficial e cumprir os acordos de importação.
- 5.10. A CONTRATADA será responsável pelos produtos entregues até a data que expirar a validade dos mesmos, valendo para a resolução de qualquer dúvida, o Código de Defesa do Consumidor.
- 5.11. A Contratada deverá permitir livre acesso dos servidores do órgão ou entidade pública concedente, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis, na forma dos arts. 45 e 49 a 51 da Portaria Interministerial 424/2016.

#### **6. OBRIGAÇÕES DA PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DE IÇÁ.**

- 5.1 Pagar a fatura da CONTRATADA relativa ao fornecimento do objeto do Contrato dentro do prazo previsto, desde que o material tenha sido aceito e a mesma não contenha dúvidas quanto ao seu conteúdo.
- 5.2 Prestar à CONTRATADA, quando necessário, quaisquer esclarecimentos relativos ao cumprimento do Contrato;

#### **7. VIGÊNCIA**

- 7.1. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses corridos, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **8. DO PREÇO E DO REAJUSTE**

- 8.1. O preço foi aquele proposto pela Contratada e definido na sessão pública, para o(s) item(ns) constante(s) do item 02 deste Termo de Referência, e foram cotados em Reais (R\$).
- 8.2. O preço do Contrato é único, firme e irrevogável, salvo se após cada período de 12 (doze) meses, contados da data de apresentação da proposta, houver uma variação de custos determinada por alterações do mercado.
- 8.3. Estão inclusos no preço do Contrato todos os impostos, taxas, contribuições e demais despesas direta e indireta incidentes sobre o mesmo.

#### **9. PAGAMENTO**

- 9.1 A CONTRATADA deverá encaminhar todas as faturas, requisições e demais anexos, quando exigidos pertinentes ao fornecimento do objeto do Contrato para Gestor do mesmo, no endereço disposto no Instrumento Contratual;
- 9.2 O Gestor do Contrato terá um prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento das faturas enviadas pela CONTRATADA, para efetuar os atestes necessários;







- 9.3 O pagamento será efetuado com até 30 (trinta) dias pela Prefeitura de Santo Antônio do Içá, após recebimento das faturas e seus anexos devidamente atestados pelo Gestor do Contrato;
- 9.4 As faturas que apresentarem elementos que as invalidem total ou parcial serão devolvidas à CONTRATADA para correção. O pagamento será efetuado no mesmo prazo estabelecido acima, contados da data do recebimento das mesmas, devidamente corrigidas.
- 9.5 O pagamento do valor da fatura será feito por meio de bancos credenciados pela CONTRATANTE ou através de ordem de pagamento ou crédito na conta corrente da CONTRATADA, desde que tenha manifestado interesse na sua proposta.

#### **10. RESCISÃO.**

- 10.1. Determinada por ato unilateral e escrito da CONTRATANTE, nos casos enumerados nos incisos I a XII e XVII, do Art. 78, da Lei 8.666/93 com alterações posteriores;
- 10.2. Amigável, por acordo entre as partes, reduzida a termo, desde que haja conveniência para a CONTRATANTE;
- 10.3. Judicial, nos termos da legislação.

#### **11. GERENCIAMENTO DO CONTRATO**

- 11.1. O gerenciamento do instrumento contratual será de responsabilidade das Secretarias e Gabinete, sendo indicados os gestores em cada Contrato a ser emitida, considerando as quantidades requisitadas, conforme quantidade expressa em Contrato.

  <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL</b> <b>SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ</b> UM SÓ POVO, UMA SÓ LUTA!</p> <p><b>Comissão Municipal de Licitação - CML</b></p>	<p><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> <b>PRE n.º 90011/2025</b></p>	<p><b>FOLHA</b> <b>10/20</b></p>
---	---	--------------------------------------

## ANEXO II – MINUTA DE CONTRATO

### RAZÃO SOCIAL:

CNPJ:

ENDEREÇO:

CEP:

FONE / FAX:

INSC. ESTADUAL:

BAIRRO:

CIDADE/UF:

CONTATO:

**Valor Total: R\$**

PREFEITURA DE SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ, estabelecida na Rua Álvaro Maia, s/nº - Centro, Santo Antônio do Içá/AM, doravante denominada GERENCIADORA, representada na forma de seu estatuto pelo Prefeito, no final nomeado e assinado, considerando o Julgamento da licitação na modalidade de Pregão Eletrônico do processo em epígrafe, de acordo com o resultado de julgamento de .../.../....., RESOLVE registrar os preços da empresa....., CNPJ:....., nas quantidades estimadas anuais, de acordo com a classificação por elas alcançadas por item, atendendo as condições previstas no Instrumento Convocatório e as constantes deste Contrato, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n.º 14.133/2021e suas alterações e demais normas legais cabíveis, e em conformidade com as disposições a seguir.

### CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO:

1.1 O objeto deste Contrato é Aquisição de material esportivo, visando atender o Município de Santo Antônio do Içá/AM, conforme especificações previstas no Anexo I - Termo de Referência, que é parte integrante do Edital.

### CLÁUSULA SEGUNDA - DOS DOCUMENTOS:



2.1 Fazem parte integrante deste Contrato e terão plena validade, os seguintes documentos, na seguinte ordem de prevalência:

- Edital da licitação e seus anexos;
- Proposta da empresa vencedora;
- O Termo de Referência;
- Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### CLÁUSULA TERCEIRA – DA VIGÊNCIA:

3.1 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses corridos, contados da data de assinatura do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021;

3.2 A prorrogação de que trata o item anterior é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração,

  <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL</b> <b>SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ</b> UM SÓ POVO, UMA SÓ LUTA!</p> <p><b>Comissão Municipal de Licitação - CML</b></p>	<p><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> <b>PRE n.º 90011/2025</b></p>	<p><b>FOLHA</b> <b>11/20</b></p>
---	---	--------------------------------------

permitida a negociação com o contratado, atentando, ainda, para o cumprimento dos seguintes requisitos:

3.2.1 Estar formalmente demonstrado no processo que a forma de fornecimento tem natureza continuada;

3.2.2 Seja juntado relatório que discorra sobre o fornecimento do contrato, com informações de que os bens tenham sido fornecidos regularmente;

3.2.3 Seja juntada justificativa e motivo, por escrito, de que a Administração mantém interesse na continuidade do fornecimento;

3.2.4 Haja manifestação expressa do contratado informando o interesse na prorrogação;

3.2.5 Seja comprovado que o contratado mantém as condições iniciais de habilitação.

3.3 A contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.

3.3.1 A prorrogação de contrato deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo;

3.3.2 O contrato não poderá ser prorrogado quando o contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.

#### **CLÁUSULA QUARTA – DOS PREÇOS:**

4.1 O preço para o objeto deste certame foi aquele proposto pela Empresa durante a sessão pública e foram cotados em Reais (R\$).

4.2 No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

4.3 O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos ao contratado dependerão dos quantitativos efetivamente fornecidos.

#### **CLÁUSULA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO:**

5.1 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

#### **CLÁUSULA SEXTA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:**

6.1 O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e em seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:





- A) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- B) Comunicar aa contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;
- C) Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior (art. 137, II, da Lei n.º 14.133, de 2021) e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;
- D) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- E) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pela contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- F) Quando não for possível a verificação da regularidade em sítios oficiais, o contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:
- 1) prova de regularidade relativa à Seguridade Social;
  - 2) certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;
  - 3) certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do contratado;
  - 4) Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e
  - 5) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;
- 6.2 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade aa contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- 6.3 Comunicar ao Fiscal do contrato, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.
- 6.4 Paralisar, por determinação da contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.
- 6.5 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;



- 6.6 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação (art. 116, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 6.7 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas (art. 116, parágrafo único, da Lei n.º 14.133, de 2021);
- 6.8 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- 6.9 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.
- 6.10 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança da contratante;
- 6.11 Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das cláusulas deste contrato, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;
- 6.12 Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução deste contrato;
- 6.13 Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.
- 6.14 Submeter previamente, por escrito, aa contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.
- 6.15 Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.

**CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:**

São obrigações da Contratante:

  <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL</b> <b>SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ</b> UM SÓ POVO, UMA SÓ LUTA!</p> <p><b>Comissão Municipal de Licitação - CML</b></p>	<p><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> <b>PRE n.º 90011/2025</b></p>	<p><b>FOLHA</b> <b>14/20</b></p>
---	---	--------------------------------------

- 7.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
- 7.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
- 7.3 Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja por ele substituído, reparado ou corrigido, no total ou em parte, às suas expensas;
- 7.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
- 7.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.
- 7.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
- 7.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Prefeitura Municipal de Itabaiana para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;
- 7.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
- 7.9 A Administração terá o prazo de 01 (um) mês, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.
- 7.10 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 01 (um) mês.
- 7.11 Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.
- 7.12 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

#### **CLÁUSULA OITAVA - DA RESPONSABILIDADE SOCIAL:**

- 8.1 Além das obrigações relacionadas neste Contrato e em seus documentos integrantes e aquelas determinadas em Leis, Decretos, Regulamentos e demais dispositivos legais, é responsabilidade da CONTRATADA:
  - 8.1.1 Não permitir a prática de trabalho escravo, este análogo, ou qualquer outra forma de trabalho ilegal, bem como implementar esforços junto aos seus respectivos fornecedores de produtos e serviços, a fim de que esses também se comprometam no mesmo sentido;





- 8.2.1 Não empregar menores de 18 (dezoito) anos para trabalho noturno, perigoso ou insalubre, e menores de 16 (dezesseis) anos para qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos 14 (quatorze) anos;
- 8.3.1 Não permitir a prática ou a manutenção de discriminação limitativa ao acesso na relação de emprego, ou negativa com relação a sexo, origem, raça, cor, condição física, religião, estado civil, idade, situação familiar ou estado gravídico, bem como implementar esforços nesse sentido junto a seus respectivos fornecedores de produtos e serviços;
- 8.4.1 Proteger e preservar o meio ambiente, bem como, prevenir e erradicar práticas que lhe sejam danosas, exercendo suas atividades em observância aos atos legais, normativos e administrativos relativos às áreas de meio ambiente e correlatas, emanadas das esferas Federal, Estaduais e Municipais, incluindo, mas se limitando, ao cumprimento da Lei Federal nº 6.938/81 (Política Nacional do Meio Ambiente) e da Lei nº 9.605/98 (Lei dos Crimes Ambientais), implementando ainda esforços nesse sentido junto aos seus respectivos fornecedores.

#### **CLÁUSULA NONA – DOS IMPOSTOS:**

- 9.1 ICMS – devido, nos termos da legislação vigente.
- 9.2 IPI – nos termos da legislação vigente.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA – DO REGIME TRIBUTÁRIO:**

- 10.1 Todos os tributos, contribuições, inclusive parafiscais e demais encargos vigentes na data de apresentação da proposta, estão inclusos no preço Registrado.
- 10.2 Caso, a qualquer tempo, além dos estímulos fiscais previstos no parágrafo acima, a Contratante e/ou a Contratada sejam favorecidos com benefícios fiscais, reduções, isenções e/ou extinção dos encargos, mencionados nesta cláusula, as vantagens auferidas serão transferidas a contratante reduzindo-se os preços.
- 10.3 Caso, por motivo não imputável a Contratada, não se efetivem os estímulos fiscais previstos nesta cláusula, ou se forem exigidos da Contratada, em razão do cumprimento do Contrato, novos impostos, contribuições, inclusive parafiscais, ou sejam majorados os já existentes, cuja vigência ocorra após a data da apresentação da proposta, a Contratante absorverá os ônus adicionais, reembolsando a Contratada dos valores efetivamente comprovados, desde que os novos gravames não sejam de responsabilidade legal, direta e exclusiva da Contratada.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA ALTERAÇÃO:**

- 11.1 Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
- 11.2 O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.



- 11.3 As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica da contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
- 11.4 Registro que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS:**

- 12.1 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em ...../...../..... ;
- 12.2 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pela contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 12.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.
- 12.4 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, a contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).
- 12.5 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).
- 12.6 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.
- 12.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 12.8 O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:**

- 13.1 A Prefeitura de Santo Antônio do Içá poderá, garantida a ampla defesa e o contraditório, aplicar às empresas detentoras dos preços registrados as seguintes sanções administrativas:
- 13.1.1 O descumprimento total ou parcial do Contrato sujeitará a licitante vencedora às seguintes penalidades:

- a)** Advertência;
- b)** Multas:





- 13.1.2 Recusa injustificada do adjudicatário em assinar o Contrato, aceitar ou retirar o instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido pela Administração caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades estabelecidas;
- 13.1.3 No caso de não cumprimento do prazo de entrega do objeto licitado, será aplicável à licitante vencedora multa moratória de valor equivalente a 2% do valor licitado;
- 13.1.4 Pela inexecução total ou parcial no fornecimento da mercadoria licitada, a Prefeitura do Município de Santo Antônio do Içá poderá, garantida a prévia defesa, aplicar à licitante vencedora as sanções previstas no artigo 87 da Lei nº. 8.666/93, sendo que no caso de multa esta corresponderá a 2% sobre o valor total da licitação;
- 13.1.5 Aplicar-se-á multa de 10% (dez por cento) do valor licitado quando a licitante vencedora ceder o objeto da licitação, no todo ou em parte, a pessoa física ou jurídica, sem autorização da Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá, devendo reassumir o pactuado no prazo máximo de 15 (quinze) dias, da data da aplicação da multa, sem prejuízo de outras sanções;
- 13.1.6 Será aplicada a suspensão do direito de participar em licitações/contratos de qualquer órgão da administração direta ou indireta, pelo prazo de até 02 (dois) anos quando, por culpa da licitante vencedora, ocorrer a suspensão do fornecimento do material licitado; e se for o caso, descredenciamento do Cadastro de Fornecedores do Município, pelo prazo de 05 (cinco) anos, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou, ainda, até que seja promovida a reabilitação perante a autoridade que aplicou a penalidade;
- 13.1.7 Declarar-se-á a inidoneidade para licitar ou contratar com órgãos da Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contrato ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo da sanção aplicada com base no inciso anterior;
- 13.1.8 Nenhuma sanção será aplicada sem o devido processo administrativo, que prevê defesa prévia do interessado e recurso nos prazos definidos em Lei, sendo-lhe franqueada vista ao processo.

#### **CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DO PRAZO E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO:**

- 14.1 O pagamento será efetuado em **30 (trinta) dias** após o recebimento definitivo dos materiais pelo gestor da Secretaria requisitante, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura discriminada de acordo com o Contrato.
- 14.2 Nenhum pagamento será efetuado à Contratada na pendência da comprovação de regularidade junto à Seguridade Social (CND), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRF) e prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, conforme Lei nº. 12.440/2011, podendo ser substituída pela Declaração Demonstrativa do SICAF.



- 14.3 O pagamento do valor da fatura será feito por bancos credenciados, ou não, pela contratante, através de ordem de pagamento ou crédito na conta corrente da contratada, desde que tenha manifestado interesse na sua proposta.
- 14.4 As faturas ou notas fiscais que apresentarem elementos que as invalidem total ou parcialmente serão devolvidas a contratada para correção. Neste caso o pagamento será efetuado no mesmo prazo estabelecido acima, contados da data do recebimento das mesmas, devidamente corrigidas.
- 14.5 A fatura deverá ser apresentada acompanhada de toda a documentação de regularidade fiscal devidamente assinado pelo gestor do Contrato.
- 18.5.1 É condição essencial para a utilização da compensação financeira citada nesta cláusula, requerimento por parte da empresa CONTRATADA. Não havendo motivação por parte da CONTRATADA a CONTRATANTE entende estar isenta de qualquer compensação financeira futura;
- 18.5.2 Após o recebimento definitivo do(s) material(ais), o processo será instruído com a respectiva Nota Fiscal/Fatura devidamente certificada pelo setor competente ou documento equivalente com registro de despesas devidamente liquidada, observando-se ainda, o cumprimento integral das disposições contidas no Edital, após o que os autos serão encaminhados Secretaria Municipal da Finanças para pagamento em até 30 (trinta) dias contados da data da liquidação da despesa.

**CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DOS DOCUMENTOS SUPORTES PARA PAGAMENTO:**

- 15.1 Para habilitar o pagamento do valor do fornecimento do material, objeto desta contratação será necessário os seguintes documentos:
- a) 1a. via da nota fiscal ou da nota fiscal fatura, devidamente atestada pelo gestor da Contrato;
  - b) Documentos comprobatórios

**CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DO RECEBIMENTO DO MATERIAL:**

- 16.1 O material será recebido pela Secretaria requisitante, mediante conferência física e documental do material, podendo ser rejeitado se estiver em desacordo com o especificado no Contrato.
- 16.2 O caso da contratada ser de outra praça, o recebimento do material fica condicionado a apresentação da 1a. via da nota fiscal fatura, carimbada pelo posto fiscal da Secretaria da Fazenda Estadual e do conhecimento de transporte, acompanhado do PIN - Pedido de Internamento, devidamente vistoriado pela SUFRAMA, serão essas providências de responsabilidades da contratada.
- 16.3 O material rejeitado será devolvido, com todas as despesas pagas pela contratada, inclusive de retorno.



**CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DA GESTÃO DO CONTRATO:**

- 17.1 A contratante designa como gestor deste Contrato o Sr. xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx, Prefeito de Santo Antônio do Içá, no endereço abaixo, ou outro a quem a contratante designar.



**CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO:**

- 18.1 As partes elegem o foro da cidade de Santo Antônio do Içá/AM, para solução de qualquer questão oriunda do presente Contrato, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.
- 18.2 E por estarem, assim, justas e contratadas, as partes assinam o presente Contrato, em 02 (duas) vias de igual teor, para um só efeito.

Santo Antônio do Içá/AM, \_\_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 2025.

\_\_\_\_\_  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**CONTRATADA**

  <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL</b> <b>SANTO ANTÔNIO DO IÇÁ</b> <small>UM SÓ POVO, UMA SÓ LUTA!</small></p> <p><b>Comissão Municipal de Licitação - CML</b></p>	<p><b>PREGÃO ELETRÔNICO</b> <b>PRE n.º 90011/2025</b></p>	<p><b>FOLHA</b> <b>20/20</b></p>
--	---	--------------------------------------

**ANEXO III – MODELO DA PROPOSTA DE PREÇO**

**À Prefeitura Municipal de Santo Antônio do Içá – AM**  
**Sr. Pregoeiro**

**Pregão Eletrônico nº. xxxxx/2025.**

<b>Razão social:</b>	
<b>Nome fantasia:</b>	
<b>NIRE:</b>	
<b>CNPJ:</b>	
<b>Endereço completo:</b>	
<b>Email:</b>	
<b>Telefone de contato:</b>	
<b>Nome completo sócio administrador:</b>	
<b>Qualificação do sócio administrador:</b>	
<b>e-mail do sócio administrador:</b>	

FIRMO E DECLARO, para todos os fins de direito e sob minha inteira responsabilidade, a qual assina de maneira espontânea, sem coação, ameaça, dolo, erro, lesão, fraude, estado de perigo, constrangimento, ou qualquer outro tipo de vício de consentimento, sendo-o feito de forma de livre e espontânea vontade, que cumpro plenamente os preços ofertados à seguir: (Apresentar todos os elementos conforme exigido no edital):

<b>Valor total da Proposta:</b>	
<b>Validade da proposta:</b>	
<b>Dados bancários:</b>	

**Local, XX de XX de 2025.**

**Nome do Representante Legal**